Propostas aprovadas na etapa Estadual

Eixo 1 – Enfrentamento das Violações e Retrocessos

Proposta 1 – Educação em Direitos Humanos e Combate à Discriminação

Desenvolver e implementar políticas contínuas de Educação em Direitos Humanos em todos os níveis de ensino, assegurando a formação permanente de profissionais da educação, saúde e assistência social. Incluir nos currículos escolares conteúdos sobre diversidade, igualdade racial e de gênero, bem como o combate ao racismo, machismo, LGBTfobia, xenofobia, psicofobia, capacitismo e intolerância religiosa, em consonância com as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.
As ações devem contemplar povos indígenas, povos ciganos, quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiro, mulheres, homens, juventude, pessoas LGBTQIAPN+ (com foco nas travestis e transexuais), pessoas idosas, população em situação de rua, pessoas com deficiência (PCD), pessoas neuro divergentes, refugiados, migrantes, apátridas, pessoas privadas de liberdade, egressos do sistema prisional, comunidades periféricas e ocupações urbanas.

Proposta 2 – Combate à Violência Institucional e à Violação de Direitos

Promover políticas públicas de enfrentamento à violência institucional, à tortura e aos abusos cometidos por agentes do Estado, com o fortalecimento de mecanismos de controle externo (como câmeras corporais), ouvidorias independentes, a exemplo das Defensorias Públicas, e corregedorias autônomas. Garantir a apuração célere e imparcial das denúncias e a responsabilização administrativa e penal dos envolvidos. Ampliar a formação continuada em direitos humanos para forças de segurança, agentes penitenciários e profissionais do sistema socioeducativo, com foco na cultura de paz, mediação de conflitos e prevenção da violência institucional.
Essas políticas devem contemplar povos indígenas, povos ciganos, quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiro, mulheres, homens, juventude, pessoas LGBTQIAPN+ (especialmente travestis e transexuais), pessoas idosas, população em situação de rua, pessoas com deficiência (PCD), pessoas neuro divergentes, refugiados, migrantes, apátridas, pessoas privadas de liberdade, egressos do sistema prisional, comunidades periféricas e ocupações urbanas.

Proposta 3 – Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e em Situação de Deslocamento

Criar e fortalecer políticas públicas de acolhimento, documentação, moradia, capacitação profissional e integração sociocultural de pessoas migrantes, refugiadas e apátridas.
Implantar Centros de Referência para Migrantes, com atendimento interdisciplinar (jurídico, psicológico e social) e articulação com a rede de proteção e empregabilidade. Garantir a implementação das Leis nº

Publicado no DIOE
Nº da Edição do Diário: 12021
03/11/2025

13.445/2017 e nº 12.657/2025 (Lei de Migração), bem como o respeito aos tratados internacionais de direitos humanos, assegurando proteção, dignidade e combate ao tráfico de pessoas.
As políticas devem contemplar povos indígenas, povos ciganos, quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiro, mulheres, homens, juventude, pessoas LGBTQIAPN+ (com foco nas travestis e transexuais), pessoas idosas, população em situação de rua, pessoas com deficiência (PCD), pessoas neuro divergentes, refugiados, migrantes, apátridas, pessoas privadas de liberdade, egressos do sistema prisional, comunidades periféricas e ocupações urbanas.

Eixo 2 – Democracia e Participação Popular

Proposta 1 – Transparência, Acesso à Informação e Controle Social

Desenvolver políticas públicas e programas educativos que promovam a alfabetização digital, o combate às fake news, ao discurso de ódio e às violações de direitos humanos em plataformas digitais e mídias convencionais. Garantir liberdade de expressão com responsabilidade, transparência e acessibilidade em linguagem popular, por meio de portais unificados, boletins informativos, dados abertos, aplicativos e observatórios.
As ações devem contemplar povos indígenas, povos ciganos, quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiro, mulheres, homens, juventude, pessoas LGBTQIAPN+ (com foco nas travestis e transexuais), pessoas idosas, população em situação de rua, pessoas com deficiência (PCD), pessoas neuro divergentes, refugiados, migrantes, apátridas, pessoas privadas de liberdade, egressos do sistema prisional, comunidades periféricas e ocupações urbanas.

Proposta 2 – Orçamento Participativo e Fundos Públicos para Direitos Humanos

Implementar orçamentos participativos e fundos específicos em todas as esferas de governo para financiar políticas e programas de direitos humanos, garantindo a participação direta da população e dos grupos vulneráveis na definição de prioridades e destinação de recursos.
As ações devem contemplar povos indígenas, povos ciganos, quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiro, mulheres, homens, juventude, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas idosas, população em situação de rua, pessoas com deficiência, pessoas neuro divergentes, migrantes, refugiados, apátridas, pessoas privadas de liberdade e egressos do sistema prisional.

Proposta 3 – Planejamento, Integração e Monitoramento de Políticas Públicas

Desenvolver o Sistema Nacional de Políticas de Direitos Humanos, integrando planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas, consolidando informações entre entes federados, promovendo participação comunitária, formação de lideranças e articulação interinstitucional.
As ações devem contemplar povos indígenas, povos ciganos, quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiro, mulheres, homens, juventude, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas idosas, população em situação de rua, pessoas com deficiência, pessoas neuro divergentes, refugiados, migrantes, apátridas, pessoas privadas de liberdade, egressos do sistema prisional e comunidades periféricas.

Eixo 3 – Igualdade e Justiça Social

Proposta 1 – Políticas de Inclusão, Combate à Discriminação e Saúde

Publicado no DIOE
Nº da Edição do Diário: 12021
03/11/2025

Desenvolver e monitorar políticas públicas de saúde e protocolos intersetoriais voltados à prevenção de práticas discriminatórias, com capacitação contínua de profissionais e participação da sociedade civil. As ações devem contemplar povos indígenas, povos ciganos, quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiro, mulheres, homens, juventude, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas idosas, população em situação de rua, pessoas com deficiência, pessoas neuro divergentes, migrantes e comunidades periféricas.

Proposta 2 – Habitação e Urbanização Social

Expandir e qualificar programas habitacionais e de urbanização, priorizando populações vulneráveis, como mulheres em situação de violência, população LGBTQIAPN+, pessoas em situação de rua, famílias em extrema pobreza e egressas do sistema prisional.
As políticas devem incluir povos indígenas, povos ciganos, quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiro, pessoas com deficiência, pessoas neuro divergentes, migrantes e comunidades periféricas.

Proposta 3 – Segurança Alimentar e Assistência Social

Fortalecer programas de assistência social e segurança alimentar, como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos, com foco em povos e comunidades tradicionais, pessoas negras, indígenas, quilombolas, de terreiro, mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, assegurando o direito humano à alimentação adequada e saudável.

Eixo 4 – Justiça Climática, Meio Ambiente e Direitos Humanos

Proposta 1 – Proteção de Comunidades Tradicionais e Territoriais

Garantir proteção das terras de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outras comunidades tradicionais, promovendo políticas de proteção territorial, acesso à água, energia, moradia e saneamento. Essas políticas devem contemplar povos indígenas, povos ciganos, quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiro, juventude, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, migrantes e comunidades periféricas.

Proposta 2 – Energia e Emissões

Investir em transição energética sustentável, substituindo combustíveis fósseis por fontes renováveis e promovendo sistemas alimentares agroecológicos.
As ações devem incluir povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e populações periféricas.

Proposta 3 – Justiça Climática, Monitoramento e Governança

Estruturar planos de justiça climática com participação popular e territorial, garantindo adaptação, mitigação e responsabilização por violações ambientais.
As políticas devem contemplar povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiro, juventude, mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, migrantes, refugiados e comunidades periféricas.

Eixo 5 – Proteção dos Direitos Humanos no Contexto Internacional

Publicado no DIOE
Nº da Edição do Diário: 12021
03/11/2025

Proposta 1 – Monitoramento, Avaliação e Fiscalização

Implementar sistemas de monitoramento e controle de políticas públicas de direitos humanos, integrando dados e garantindo transparência e participação da sociedade civil.
Essas políticas devem incluir povos indígenas, povos ciganos, quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiro, pessoas LGBTQIAPN+, migrantes, refugiados e apátridas.

Proposta 2 – Capacitação, Educação e Sensibilização

Promover educação em direitos humanos e cultura de paz, com formação continuada de servidores e campanhas públicas inclusivas.
As ações devem contemplar povos indígenas, quilombolas, ciganos, mulheres, juventude, pessoas LGBTQIAPN+, migrantes e pessoas com deficiência.

Proposta 3 – Acesso à Documentação e Benefícios

Assegurar o acesso de migrantes, refugiados e apátridas à documentação, benefícios e serviços públicos, por meio de programas integrados e mutirões interinstitucionais.
As políticas devem contemplar povos indígenas, quilombolas, ciganos, pessoas LGBTQIAPN+, comunidades periféricas e egressos do sistema prisional.

Eixo 6 – Fortalecimento da Institucionalidade dos Direitos Humanos

Proposta 1 – Planejamento e Gestão de Políticas Públicas

Criar e fortalecer conselhos, secretarias e órgãos de direitos humanos, garantindo autonomia, financiamento e participação social.
Essas políticas devem contemplar povos indígenas, povos ciganos, quilombolas, comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiro, mulheres, homens, juventude, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, pessoas neuro divergentes e comunidades periféricas.

Proposta 2 – Sistema Nacional de Direitos Humanos

Fortalecer o Sistema Nacional de Direitos Humanos (SNDH), com recursos tripartites, integração tecnológica e monitoramento contínuo.
As ações devem contemplar povos indígenas, quilombolas, ciganos, povos e comunidades tradicionais, pessoas LGBTQIAPN+, migrantes e refugiados.

Proposta 3 – Financiamento e Recursos

Criar e fortalecer fundos de direitos humanos em todas as esferas, garantindo orçamento estável e mecanismos de captação de recursos.
As políticas devem incluir povos indígenas, povos ciganos, quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiro, pessoas LGBTQIAPN+, mulheres, juventude, pessoas com deficiência e comunidades periféricas.

Propostas Adicionais

Publicado no DIOE
Nº da Edição do Diário: 12021
03/11/2025

Proposta 1 - Eixo 1 – Saúde Mental e Atendimento Psicossocial

Ampliar a rede de atenção psicossocial e de saúde mental, garantindo atendimento humanizado e integral a pessoas em sofrimento psíquico, usuárias de substâncias psicoativas, vítimas de violência e demais grupos em situação de vulnerabilidade. Implantar novos CAPS regionais e fortalecer os serviços já existentes, assegurando equipes multiprofissionais, fluxos articulados com a rede pública de saúde e oferta de atendimento remoto (teleatendimento). Implementar a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP) e a Lei nº 10.216/2001, ampliando a presença de psicólogos e assistentes sociais em todas as redes públicas.

As ações devem contemplar e garantir acesso a povos indígenas, povos ciganos, quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiro, mulheres vítimas de violência, juventude, pessoas LGBTQIAPN+ (com foco nas pessoas travestis e transexuais), pessoas idosas, população em situação de rua, pessoas com deficiência (PCD), pessoas neuro divergentes, refugiados, migrantes, apátridas, pessoas privadas de liberdade, egressos do sistema prisional, comunidades periféricas e ocupações urbanas.

Proposta 2 - Eixo 4 – Infraestrutura Urbana e Habitação (Proposta Extra)

Desenvolver políticas públicas de habitação de qualidade, saneamento básico, infraestrutura urbana, pavimentação de rodovias, criação de parques urbanos e soluções baseadas na natureza, considerando e valorizando os conhecimentos tradicionais e locais para proteção de nascentes, matas ciliares e áreas ambientalmente vulneráveis, garantindo acesso seguro e sustentável.

As ações devem contemplar e garantir acesso a povos indígenas, povos ciganos, quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiro, mulheres vítimas de violência, juventude, pessoas LGBTQIAPN+ (com foco nas pessoas travestis e transexuais), pessoas idosas, população em situação de rua, pessoas com deficiência (PCD), pessoas neuro divergentes, refugiados, migrantes, apátridas, pessoas privadas de liberdade, egressos do sistema prisional, comunidades periféricas e ocupações urbanas.

Proposta 3 Eixo – Proteção contra Xenofobia, Racismo e Discriminação

Desenvolver políticas públicas e programas permanentes de prevenção e combate à xenofobia, ao racismo, à intolerância religiosa, ao preconceito e a todas as formas de discriminação, garantindo proteção legal e social às populações migrantes, refugiadas e demais minorias.
Promover campanhas de conscientização, formação cidadã e valorização da diversidade cultural e étnica brasileira, incentivando a convivência pacífica, o respeito e a inclusão social.

As ações devem contemplar e garantir acesso a povos indígenas, povos ciganos, quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiro, mulheres vítimas de violência, juventude, pessoas LGBTQIAPN+ (com foco nas pessoas travestis e transexuais), pessoas idosas, população em situação de rua, pessoas com deficiência (PCD), pessoas neuro divergentes, refugiados, migrantes, apátridas, pessoas privadas de liberdade, egressos do sistema prisional, comunidades periféricas e ocupações urbanas.

Publicado no DIOE
Nº da Edição do Diário: 12021
03/11/2025

Delegação eleita

Sociedade Civil – Titulares

	Nome completo
1.	Antonio Jorge Ferreira De Lima
2.	Edita Jenniffer Garcia Burga
3.	Gabrielle Carolina Fortunato
4.	Bruno Santos Ramos Cerdan
5.	Bruna Ravena Braga Dos Santos
6.	Wanderli Machado
7.	Evens Pierre
8.	Waleiska Emília Fernandes Figueiras
9.	Julia Gindre Soreano Lopes
10.	Maria José De Souza El Saad
11.	Sáthia Gabrielle Carvalho Rodrigues Virgílio
12.	Carla Cristina Gimenez De Sá
13.	Isabella Kohata Frossard Rodrigues
14.	Josefina Diaz Fernandez Baião
15.	Maria Madalena Raimundo De Abreu
16.	Mariane Regina Salles Panek
17.	Verônica Soreano Pavão Severiana
18.	Vani Do Espírito Santo
19.	Maria Isabel Fernandez Rodriguez
20.	Eloi Alexandre Pereira Neto
21.	José Cristiano Bento Dos Santos
22.	Yordanis Crespo Urrutia
23.	Alisson Fernando Moreira Poças
24.	Carlos Eduardo Dos Santos Nascimento
25.	Elverson Vieira
26.	Marcos Antonio Costa Pinheiro
27.	Rafael Pereira De Mattos
28.	Renato Kriri
29.	Jaqueline Da Conceição Belo

Publicado no DIOE
Nº da Edição do Diário: 12021
03/11/2025

Sociedade Civil – Suplentes

De acordo com o regimento interno, cada Conferência Estadual ou do Distrito Federal, juntamente com a escolha das pessoas delegadas, deverá eleger 30% (trinta por cento) do total da delegação para o preenchimento da suplência.

	Nome completo
1.	Bruna Marcelly Coutinho
2.	Ester Abigahil
3.	Silvia Regina Silva
4.	Vera Luci Lisboa
5.	Hercules Vieira
6.	Maria de Paixão
7.	Thais Bonato Gomes
8.	Suelita Rocker
9.	Gilberto Kunumin Vera Martinez
10.	Antenor Marcos Mateus
11.	Denildes Brito da Silva
12.	Marli do Rocio Machado
13.	Carlos Nuglur Zacarias
14.	Benedito Ariel Padilha de Nascimento
15.	Maria Izabel Formoso Cardoso e Silva
16.	Lisie Manoella Moro da Silva
17.	Luiz Elgiovane Marcelites
18.	Karollyne Nascimento
19.	Luciana Souza Sguerre
20.	Benedito Ariel Padilha Nascimento
21.	Gerson Machado
22.	Carmen Helena da Silva
23.	Amadeus Fár Zacarias
24.	Niuceia de Fatima Oliveira

Poder Público – Titulares

	Nome completo
1.	Fabio Luiz De Moraes Gomes
2.	Patricia Belle
3.	Emerson Cesar Falcão De Lara
4.	Daiane Brito Da Silva Carvalho
5.	Carla Rosane Rezende De Oliveira
6.	Andressa Ferreira Candido
7.	Isabel Cristina Grossl
8.	Marilia Maria Montiel Coutinho
9.	Osmar Taborda De Faria
10.	Fabricio Duim Rufato
11.	Marta Vieira Dos Santos Oliveira
12.	Israel Sebastião Da Silva

Publicado no DIOE
Nº da Edição do Diário: 12021
03/11/2025

Poder Público – Suplentes

	Nome completo
1.	Gabriel Augusto Da Silva Matos
2.	Dea Maria De Oliveira Aguiar
3.	Elzimara Meireles Da Costa
4.	Simone Anciut Pires
5.	João Guilherme Aldegueri Marques

Publicado no DIOE
Nº da Edição do Diário: 12021
03/11/2025